



Correio Manhã

30-01-2020

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 115581

Temática: Banca/Seguros

Dimensão: 1741 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/6/7

BANCÁRIO DO BPN DÁ GOLPE DE 1,25 MILHÕES COM QUADROS DE MIRÓ P.6E7



ATUALIDADE II



BURLA MILIONÁRIA

REVOGAÇÃO | EFEITOS IMEDIATOS

O processo diz que o arguido celebrou o contrato de revogação com os mediadores, cidadãos espanhóis, com efeitos imediatos a 1 de julho de 2004, logo após a exposição das obras de Miró no Centro Pompidou, em Paris, que decorreu entre os dias 3 de março e 28 de junho desse ano.

ANTIGO DIRETOR-GERAL DO BPN

Bancário saca fortuna com obras de Miró

BURLA Apoderou-se de 1,25 milhões em esquema que engendrou num negócio de venda da coleção de arte do pintor espanhol **CAPITAIS** Pediu a amigo, dono de galeria de arte, para 'lavar' o dinheiro do crime na Suíça

NELSON RODRIGUES

Expectante com a valorização substancial dos 41 quadros do pintor Joan Miró, adquiridos por 17 milhões de euros, em 2002, o antigo banco BPN queria vender toda a coleção por 22 milhões. Mediante poderes dados pelo presidente do conselho de administração, Oliveira e Costa, o diretor-geral do departamento de Private Banking, sediado no Porto, José Viamonte de Sousa, contratou dois mediadores espanhóis que ficariam responsáveis pela venda. Celebrou com eles contrato, em 2003, mas o mesmo foi revogado, mediante o pagamento de 2 milhões e 500 mil €. Sabendo que os mediadores aceitariam a redução da indemnização para metade, José Viamonte engendrou um esquema para ficar com a restante quantia, apropriando-se de 1,25 milhões.

Informado da revogação do acordo de mediação, o BPN emitiu dois cheques - cada um de 1,25 milhões - em nome de cada um dos mediadores. Um dos cheques foi entregue a um dos destinatários mas o outro foi depositado numa conta na Suíça - pertencente a um amigo do arguido, que é dono de uma galeria de arte, a pedido daquele.

O objetivo era que o valor não integrasse de forma direta o seu

DIRETOR-GERAL ACUSADO DE BURLA QUALIFICADA E BRANQUEAMENTO

SIMULOU VENDA DE UMA COLEÇÃO PARA RECUPERAR QUANTIA

41 QUADROS ADQUIRIDOS POR 17 MILHÕES SERIAM VENDIDOS POR 22 MILHÕES

património, tendo em conta o seu vínculo com o BPN. A acusação do Ministério Público, do procurador Rosário Teixeira, diz que este "divisou um plano para ocultar a origem dos montantes e fazê-los retornar de

forma insuspeita à sua esfera". E foi isso que aconteceu. Simulando um negócio de compra e venda de quadros de Júlio Resende, Almada Negreiros e Amadeu Sousa Cardoso, alegadamente pertencentes à coleção particular do arguido, a quantia voltou à conta do diretor-geral do banco em cinco transferências bancárias ao longo do ano de 2004.

O caso só foi descoberto em 2008 e comunicado à Justiça em 2009. José Viamonte de Sousa responde por burla qualificada e branqueamento de capitais. Já o seu amigo está acusado de branqueamento. Vão os dois ser julgados em breve no Tribunal de S. João Novo, no Porto.

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL



Arguido apoderou-se de quantia referente a um dos mediadores da venda dos quadros

PORMENORES

Negociou a compra

Foi o arguido, diretor-geral do banco que negociou, em representação do BPN, a aquisição dos quadros com os proprietários, de origem japonesa.

Três testemunhas

Apesar de serem apenas três as testemunhas arroladas pela acusação, o processo conta com milhares de documentos em dezenas de apensos.



Processo vai começar a ser julgado em breve no Tribunal de S. João Novo

Decidia operações de crédito até aos 450 mil euros

José Viamonte, 58 anos, exerceu funções como diretor-geral entre 26 de março de 1999 e dezembro de 2008. Depois passou para a área dos Recursos Humanos até ser afastado. Tinha autonomia para tomar decisões de operações de crédito até 450 mil €.

CRIME | FOI COMETIDO HÁ 17 ANOS

O crime de burla e branqueamento foi cometido no ano de 2003. O caso vai ser agora julgado, 17 anos após os factos terem ocorrido. José Viamonte exerceu sempre serviço no BPN do Porto. A emissão dos cheques em causa teve lugar num balcão da Foz, onde estava sediado o Private Banking.



INDEMNIZAÇÃO | 2,5 MILHÕES A PARVALOREM S.A. É ASSISTENTE NO PROCESSO DE BURLA E BRANQUEAMENTO E PEDE UMA INDEMNIZAÇÃO EM TRIBUNAL NO VALOR DE 2,5 MILHÕES DE EUROS.

BUSCAS | ORDENADAS EM 2014

As buscas às casas dos dois arguidos deste processo foram ordenadas pelo juiz Carlos Alexandre em janeiro de 2014. As mesmas foram executadas a 28 de fevereiro desse ano. A investigação teve início após o envio de um processo disciplinar do arguido José Viamonte ao procurador Rosário Teixeira.



TRANSFERIU 400 MIL €

■ A transferência mais elevada feita pelo dono da galeria de arte foi de 400 mil €, em 2004. ●

ESTÃO EM LIBERDADE

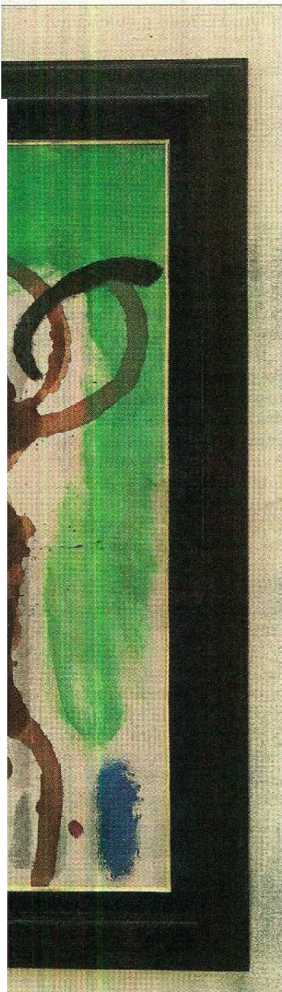
■ Os dois arguidos do processo aguardam o início do julgamento no Porto, em liberdade. ●

ABERTURA DA INSTRUÇÃO

■ José Viamonte pediu a abertura da instrução mas foi pronunciado pelos dois crimes. ●

HAVIA OUTRO ARGUIDO

■ O processo tinha ainda um outro arguido, mas essa parte do processo foi arquivada. ●



da coleção de Miró do BPN

“O BPN ficou ainda mais prejudicado”

■ O BPN foi nacionalizado em 2008. Na acusação, de 2019, o procurador diz que “por força do montante pago em excesso, o BPN ficou ainda mais prejudicado no seu património”. Os quadros de Miró passaram para o Estado na sequência da nacionalização. ●